

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO ADOTADAS PELA UPC

A Política de Contratações do TRE-SC insere-se, atualmente, na Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral, estabelecida pela **Resolução TSE n. 23.702/2022**, do Tribunal Superior Eleitoral.

Os Objetivos organizacionais internos para a gestão de contratações (período de 2021 a 2026) estão previstos na **Portaria P n. 134/2021**, da Presidência.

A regulamentação dos processos de aquisições e contratações realizados pelo TRE-SC, em conformidade com a nova Lei n. 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, e revoga a Lei n. 8.666/1993, consta da **Portaria P n. 18/2023**, da Presidência.

A gestão de riscos é praticada por meio do Plano Anual de Gestão de Riscos nas Contratações e, individualmente, por meio da análise e tratamento de riscos de cada contratação.

O TRE-SC conta com um Comitê de Contratações, designado pela **Portaria P n. 21/2023**, com representantes de todas as áreas da organização, destinado a auxiliar a alta Administração na tomada de decisão, observado o disposto no art. 11 da **Resolução TSE n. 23.702/2022**. O referido Comitê é responsável pela consolidação da proposta orçamentária, no que se refere às demandas que devam originar contratações futuras, bem como pela elaboração do Plano Anual de Contratações, alinhado à estratégia da organização.

A conformidade e confiabilidade da gestão orçamentária, financeira e contábil de um modo geral estão fundamentadas nas informações extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça eleitoral (SIAFI, SIGEPRO, SGRH, entre outros), corroboradas pelas declarações dos gestores responsáveis, bem como pelo acompanhamento da unidade de auditoria interna.

Finalmente, todas as informações relativas à aplicação de recursos orçamentários e financeiros são publicadas na página do TRE-SC na Internet, na área Transparência e prestação de contas.

* Inteiro teor das Portarias citadas disponível para consulta na área de legislação / normas administrativas.

